



Petrololuta

JORNAL DO SINDICATO
DOS TRABALHADORES NO
COMÉRCIO DE MINÉRIOS E
DERIVADOS DE PETRÓLEO
NO ESTADO DE SÃO PAULO

Sede Central
R. Carlos Petri, 261 - VL. Mariana
São Paulo - SP - Fone/Fax: (11) 5549-1244
e-mail: sipetrol@zema.com.br

Subsede Guarulhos
R. José B. de Medeiros, 144
Guarulhos - SP - Fone: (11) 2409-3024
e-mail: sipetrol1@zema.com.br

Subsede Jundiaí
Av. Fernando Arens, 901
Vila Arens II - Jundiaí - SP
Fone: (11) 4817-1621

Subsede Osasco
R. Gasparino Lunardi, 314 - Km 18
Osasco - SP - Fone: (11) 3661-7519
e-mail: sipetrolosasco@zema.com.br

Subsede Bauri
Rua Beruth, 477
Vila Sabora - Bauri - SP
Fone/Fax: (14) 3232-3260

Subsede Piracicaba
R. Afonso José Castello, 1944
Centro - Piracicaba - SP
Fones: (19) 3434-3432 / 3534

Subsede Sorocaba
Rua Marco Santos Flores, 19
Valei Ville - Sorocaba - SP
Fone: (15) 3359-1710 / 1711

Nº 190
JULHO 2016

Editorial

Pág. 02

Ameaças aos direitos dos trabalhadores

BR

Pág. 03

Sipetrol faz ações contra venda da Cia.

Privatização

Pág. 03

Audiência discute situação da Liquigás

Previdência

Pág. 04

Governo interino de Temer dificulta auxílio-doença

João Faisca

Pág. 04

Conheça as vantagens de ficar sócio do Sipetrol!



■ Sindigás

Pauta aprovada. Agora é ir à luta!

Em assembleias realizadas na porta das empresas e na sede e subsedes do Sipetrol, trabalhadores aprovaram pauta de reivindicações que será entregue para o Sindigás, sindicato patronal que representa as empresas distribuidoras de gás. Isso significa dizer que o processo de convenções está oficialmente aberto. Agora, estamos aguardando que seja agendada reunião, para dar

início às negociações.

Portanto, companheiros, é preciso que todos estejam unidos, para lutarmos juntos, lado a lado, manter o que já temos conquistado e avançar em novas conquistas. Para termos êxito nas negociações é necessário que todos participem ativamente nas assembleias que serão realizadas durante a campanha salarial.

Por isso, quanto mais unidos e organizados tivermos, mais pressão será feita sobre os patrões. Vamos fazer uma campanha salarial forte e com muito diálogo, porque a capacidade de fortalecer o movimento está com os trabalhadores.

Vejam abaixo os principais itens da nossa pauta de reivindicações. O que vamos conseguir dependerá da mobilização de todos.



Assim ficaram os principais pontos da pauta de reivindicações:

- **Reajuste salarial:** linear de 15%;
- **Piso salarial:** R\$ 1.702,79 + Adicional de Periculosidade;
- **Participação nos lucros e/ou resultado (PLR) 2016:** 300%;
- **Vale refeição:** 30 (trinta) vales no valor R\$ 35,00;
- **Cesta básica:** R\$ 600,00;
- **Cesta básica extra:** R\$ 600,00 com pagamento até 30/11/2016;
- **Jornada de trabalho:** redução paulatina da jornada de trabalho, sem redução salarial, de modo a alcançar as 40 (quarenta) horas semanal até 31 de Agosto de 2017;
- **Remuneração das horas extraordinárias:** de 100% sobre a hora normal;
- **Prêmio brigada de incêndio:** o valor equivalente R\$ 165,00;
- **Reajuste dos benefícios sociais - auxílio funeral, auxílio ao filho excepcional e auxílio creche:** corrigir com 15%;
- **Assédio Sexual/Moral:** as empresas, dentro de princípios de tratamento ético e adequado aos seus empregados, rejeitam quaisquer condutas que possam levar à caracterização de assédios sexual e/ou moral;
- **Vale Cultura:** as empresas concederão vale cultura conforme o disposto na lei nº 12.761/2012, regulamentada pelo decreto nº 8084/2013, sem ônus aos empregados;
- **Visita de assistente social:** as empresas deverão proporcionar a todos os empregados (as) alcançados por esta Convenção Coletiva de Trabalho, bem como aos empregados (as) afastados por qualquer motivo, o direito a assistência social involuntariamente, com o intuito de promover ações para amenizar problemas que os empregados (as) venham a sofrer, bem como encaminha-los para tratamentos quando necessário.

A agenda de destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários

A reforma trabalhista proposta pelo governo interino não vai permitir, por exemplo, o parcelamento de férias ou do décimo terceiro salário.

José Floriano da Rocha,
presidente do Sipetrol-SP

Companheiros e companheiras, mais uma vez uso esse espaço no nosso Petroluta para alertar sobre os riscos que o governo interino impõe aos direitos dos trabalhadores. O ministro do Trabalho e Previdência Social, Ronaldo Nogueira, disse dia 20 que o governo do presidente interino Michel Temer vai encaminhar ao Congresso Nacional até o fim deste ano uma proposta de reforma trabalhista e outra para regulamentar a terceirização.

Segundo o ministro, a proposta de reforma trabalhista a ser elaborada pelo governo vai valorizar a negociação coletiva e tratar de assuntos como salário e jornada, mas não vai permitir, por exemplo, o parcelamento de férias ou do décimo terceiro salário.

Sobre regulamentar a terceirização, Nogueira adiantou que pontos da proposta aprovada na Câmara dos Deputados poderão ser

aproveitados, mas não entrou em detalhes. Disse que “essa discussão de atividade-fim e atividade-meio é irrelevante neste momento”. Segundo ele, será criado um grupo de trabalho para definir o que são e quais serviços especializados poderão ser terceirizados.

Além disso, a reforma da Previdência continua em pauta. Um projeto que estabelece mudanças no sistema previdenciário deve ser apresentado até agosto e o governo Temer espera que seja aprovado no Congresso até o fim do ano.

As centrais sindicais prometem mobilizações contra a possível perda de direitos e precarização do trabalho. O presidente da CUT São Paulo, Douglas Izzo, declarou que “a política de retrocesso é colocada no ombro dos trabalhadores por este governo golpista do interino Michel Temer”.

No próximo dia 16 de agosto as centrais farão o próximo ato, que será uma Assembleia Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras. “O que nos unifica é a não retirada de direitos e nos preocupa quando aparece na imprensa proposta desse governo de reforma da Previdência, aumento da idade mínima e igualar a idade para aposentadoria de homens e mulheres. Nos preocupa também desvincular a aposentadoria do salário mínimo, seria uma tragédia para milhares de pessoas”, disse o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas.

Vagner falou que é preciso ter uma agenda de desenvolvimento para o país e não de arrocho. “Quem tira o Brasil da crise é o investimento na produção, no mercado interno, crédito para subsidiar setores que criam emprego, formalização dos nossos trabalhadores. Quer melhorar previdência? Basta cobrar dívida de quem sonega”, sugeriu.

No dia 26 de julho as centrais sindicais se reuniram e divulgaram um documento “pelo emprego e garantia de direitos”. “Crescer e distribuir renda são bandeiras per-

manentes do Movimento Sindical, cujas responsabilidades vão muito além do embate entre o capital e o trabalho nas mesas de negociação. É necessário contrapor-se, de forma categórica e veemente, às forças que querem suprimir os avanços e as conquistas duramente alcançadas pelos trabalhadores/as brasileiros ao longo de sua história. A luta que se deve travar requer organização e mobilização para resistir e combater ameaças ao regime de previdência e seguridade social, às relações de trabalho e emprego e as tentativas de criminalizar os movimentos sociais”, diz o documento.

Também foi falado sobre a flexibilização das relações do trabalho. “Algumas armadilhas têm sido colocadas no caminho dos trabalhadores e vendidas como solução para os problemas do emprego. Uma delas é a suposta vantagem do “negociado sobre o legislado”, ou seja, da prevalência dos resultados das negociações entre patrões e empregados sobre o que prevê a legislação em vigor, mecanismo que, certamente, seria utilizado pelo empresariado para rebaixar direitos trabalhistas consagrados. É enganoso acreditar que as condições que permeiam o processo de negociação no Brasil asseguram o mesmo poder de barganha às partes envolvidas: ausência de organização no local de trabalho; persistência de práticas antissindicais; restrições ao direito de greve; e interdito proibitório, entre outros entraves, evidenciam a desvantagem dos trabalhadores/as em relação aos patrões. As Centrais Sindicais, além de defenderem, insistente e cotidianamente, o fortalecimento das negociações coletivas como instrumento para o avanço das condições legalmente previstas, não abrem mão do patamar mínimo legal assegurado pela CLT e pela Constituição Federal de 1988”.

O Sipetrol-SP estará atento e participará de todas as mobilizações contra as reformas neoliberais do governo Temer.

Foto: Roberto Parizotti



O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas

Petroluta

Sipetrol Sede: (11) 5549-1244
Email: sipetrol@terra.com.br
Site: www.sipetrol.org.br

Distribuição dirigida e gratuita. Retire o seu Petroluta na sede ou na subsele mais próxima.

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo

Diretor Responsável: José Floriano da Rocha

Jornalista Responsável: Jeferson Martinho - MTB 31886

Redação, Edição e Editoração: Nova Onda Comunicação - F. (11) 3654-4172 - www.novaon.com.br

Aconteceu

Fique por dentro das principais notícias dos fatos que ocorreram durante os meses de julho e agosto.

Representantes dos trabalhadores se reúnem com BR Distribuidora em agosto

Nos dias 1º e 2 de agosto, os representantes dos empregados se reunirão com a BR para discutir os seguintes pontos:

- Situação da presidência, venda de ativos da Petrobras, mudança no posicionamento estratégico da BR de “liderança” para “referência” no mercado, reunião com representante da PETROS, razões para o déficit técnico do PPSP, e

dívidas da Petrobras com o PPSP.

- Mobilidade Interna, número de empregados movimentados internamente por interesse da BR, com mudança de residência, com e sem função gerencial, em 2015 e no 1º semestre de 2016, dívidas do Setor Elétrico com a BR e continuidade das medidas restritivas de fornecimento, encerramento do centro coletor

de Ourinhos e Cláusula 59 ACT (Transportes) – Sugestões para melhorias.

Estes são alguns pontos da pauta conjunta da Federação de São Paulo e Federação Nacional, que os trabalhadores encaminham ao Sindicato e são levadas para a direção da Cia.

Neste momento de grande apreensão é necessário que es-

tejam unidos, pois somente com nossa união poderemos achar uma saída para a crise que se instalou em nossa empresa, e consequentemente mantermos nossos empregos.

Conforme solicitado pelos empregados, abrimos mais um canal para que possamos estar em contato. O nosso twitter: @marcoscreque.

Sipetrol discute ações contra possível venda da empresa

No dia 28 de junho os representantes do Sipetrol estiveram no prédio do EDISP conversando com os empregados sobre as ações que o sindicato vem realizando contra a venda da Petrobras Distribuidora. Ações como o protesto realizado no dia 24 tendem a se intensificar, uma vez que temos de correr em

dois campos, o principal, que é o político, e o jurídico.

Ouvimos atentamente as reclamações dos empregados, mas sabemos que não estamos num momento bom e é necessário o empenho de cada empregado junto ao sindicato para que possamos achar o melhor caminho para sairmos

desta crise.

Ainda no dia 28, os diretores do Sipetrol estiveram no Ministério Público do Trabalho para discutir a possível venda da Liquigás, e saíram muito esperançosos com o que foi dito pela procuradora em relação à manutenção dos empregos e deveremos entrar

com a mesma representação para o caso da BR. Lembramos que o Sindicato somente é o “substituto processual” dos seus representados “os sócios”, e em diversos casos o sindicato simplesmente não representa os demais trabalhadores, ou seja, esses trabalhadores “não são representados” pelo sindicato.

Audiência discute privatização da Liquigás

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados realizou no dia 7 de julho, audiência pública que debateu a venda da Liquigás Distribuidora S.A, subsidiária integral de capital fechado da Petrobras que atua no engarrafamento, distribuição e comercialização de gás de cozinha (GLP).

A Liquigás é uma empresa pública altamente rentável que traz benefícios para a população, ao controlar o valor final do preço do produto e inibir a cartelização na venda do gás de cozinha. Detém 21,86% do mercado de GLP no país. É líder no mercado de botijões de 13 kg, os mais usados em residências para o cozimento de alimentos.

Desde o começo do ano, são veiculadas informações pela mídia, segundo as quais “a venda

da Liquigás está sendo avaliada entre R\$ 1,2 bilhão e R\$ 1,5 bilhão”. Oficialmente em 15 de junho deste ano, no site da Petrobras, foi divulgada nota que informa: “Iniciamos o processo competitivo para a venda da Liquigás Distribuidora S.A”.

Nosso representante na audiência, o companheiro Wagner Silva, da Federação dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no estado de São Paulo (FEPETROL-SP), questionou os valores veiculados pelos jornais, pois não há como justificar a venda de uma empresa por valores tão baixos, sendo que, só de Botijões de 13 quilos no mercado, ela possui 24,9 milhões de unidades com a marca Liquigás, e cada botijão custa em média R\$ 100. Isso significa que a

companhia possui um “Capital de Giro” de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões.

vender a Liquigás trará incertezas para os mais de 3 mil empregados. É necessária a intensa mobilização para esclarecer à

sociedade sobre a importância de ter uma empresa pública do porte da Liquigás participando do envasamento, distribuição e venda. Devemos nos mobilizar como trabalhadores e buscar conscientizar as pessoas.



Foto: Antonio Augusto / Câmara dos Deputados

■ Previdência Social

Governo Temer dificulta acesso a benefícios

Na tentativa de reduzir gastos com a Previdência, o governo anunciou no início de julho a alteração em benefícios como a aposentadoria por invalidez e auxílio-doença e o acesso de trabalhadores a fundos de previdência complementar.

Serão revisados os chamados benefícios por incapacidade de longa duração. Para isso, mais de 100 mil perícias por mês serão feitas com o objetivo de checar se os trabalhadores afastados nessa condição continuam incapazes de realizar seus trabalhos.

Uma medida provisó-

ria fixará em 120 dias o prazo máximo de pagamento de auxílio-doença quando o benefício for concedido pela Justiça sem definição de uma data de cessação. Caso o segurado não peça a continuidade do benefício, o pagamento será automaticamente cancelado.

A medida provisória também revogará a regra que permite que o segurado que volta a contribuir com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) obtenha novo auxílio-doença em apenas quatro meses.

Além disso, o governo vai instituir uma gra-

tificação por dois anos para os peritos médicos do INSS que fizerem perícias em auxílios-doença e aposentadorias por invalidez concedidas há mais de dois anos a partir da data de edição da medida provisória.

A equipe econômica também revisará todos os pagamentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que paga um salário mínimo a pessoas com mais de 65 anos que não contribuíram para a Previdência Social. Apesar de administrado pelo INSS, o BPC é pago com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.



Confira os benefícios de ser sócio do Sipetrol

Atendimento odontológico

O Sindicato dispõe de atendimento odontológico para os trabalhadores associados e seus dependentes, esposa e filhos menores de 18 anos, no seguinte endereço: rua Carlos Petit, 261, Vila Mariana, a três quadras da estação de Metrô Ana Rosa.

Atendimento na segunda, quarta e sextas-feiras, das 13h às 17h, mediante agendamento através do fone 5549-1244.

O Sindicato também tem convênio com a clínica odontológica Class Dents, situada na rua Campos Sales, 303, Sala 1202, Centro de Barueri. Atendimento na quinta-feira, no período da tarde, com hora marcada pelo telefone 4163-6496.

Colônia de Férias

A nossa Colônia de Férias, na Praia Grande, está pronta para as férias da sua família.

A poucos quilômetros da capital (litoral sul) e a uma diária bem pequena, o companheiro sindicalizado pode usufruir de uma colônia de férias agradável, confortável e com todas as instalações necessárias para o descanso de toda família.

O valor da diária inclui, além da hospedagem, o café da manhã, almoço e jantar.

Não perca a chance de desfrutar as merecidas férias num lugar feito para você. Faça já a sua reserva pelo telefone (13) 3494-2782. Nosso endereço é avenida dos Sindicatos, 417, Vila Mirim, Praia Grande.

Atendimento Jurídico

Os advogados encontram-se à disposição dos trabalhadores para tirarem dúvidas e esclarecimento para a categoria em questões jurídicas, judiciais e extrajudiciais, na sede: rua Carlos Petit, 261, Vila Mariana. Atendimento segunda, quarta e sexta-feiras, das 9hs às 12hs. E na Subsede de Osasco: Rua Gasparino Lunardi, 314, Km 18, Osasco, na sexta-feira, das 10hs às 12hs.

Betimprev

O Sindicato também dispõe de convênio com escritório de advogados especializados em aposentadoria especial para atender os associados que já estão com tempo especial para aposentadoria. Ligue e agende seu atendimento nos telefones 0800-774-5757 e 4121-9222.

Previdência Social

O sócio deverá procurar o sindicato para fazer a contagem de tempo de contribuição, e quando atingido o período necessário para aposentadoria, à entidade dará entrada na aposentadoria do associado.

Mais informações sobre esse assunto, o associado deverá procurar o sindicato na Subsede Osasco situada à Rua: Gasparino Lunardi, nº 314, Km. 18 Osasco. Telefone: 3681-7619

Traga todas as carteiras de trabalho e carnês do INSS pagos para fazer a contagem de tempo de serviço.

Quem se associa ao Sindicato valoriza a categoria e conta com mais benefícios. Fique sócio!

João Falsca



Acompanhe diariamente as principais notícias da categoria!
Acesse: www.sipetrol.org.br